

ENTREVISTA

MEMÓRIA E USOS DO PASSADO:

narrativas em disputa, entrevista com a prof^a Dr^a Caroline
Silveira Bauer

Entrevista concedida à
Equipe editorial da Revista Espacialidades¹

Entrevista recebida em: 31/07/2022.

Aceita em: 30/08/2022.

Espacialidades: Professora Caroline Bauer, gostaríamos de iniciar esta entrevista dizendo que é um imenso prazer contar com a sua participação em um dos volumes da Espacialidades. O seu conhecimento certamente será uma grande contribuição. Neste sentido, aproveitamos para iniciar perguntando-a sobre a sua trajetória acadêmica e suas pesquisas. Quais foram os caminhos que a levaram ao estudo de questões como a memória e os usos do passado, e de que modo você diria que a sua produção atualmente se insere nesses campos temáticos e no do patrimônio?

Caroline: Eu que agradeço a oportunidade de estabelecermos este diálogo. Minhas primeiras experiências de pesquisa, ainda na graduação, eram relacionadas à temática da ditadura civil-militar brasileira, porém não através das abordagens da memória e do uso do passado. No mestrado, pesquisei a estrutura e o funcionamento da repressão ditatorial no Rio Grande do Sul. Quando ingressei no doutorado, minha

¹ A equipe editorial da Revista Espacialidades (formação do volume 18.2) é composta por: Editora Responsável Dr^a Fabíula Sevilha; Editores: Ana Lunara da Silva Moraes, Andressa Freitas dos Santos, Douglas André Gonçalves Cavalheiro, Emmily Keturyn Moreira da Paschoa, Francisco Leandro Duarte Pinheiro, Guilherme Garcia Galego, Luana Barros de Azevedo, Luíza Vieira Cavalcanti, Italo Leonardo de Lima Queiroz, Octávio Becker Neto, Rafael Fiedoruk Quinzani, Rannyelle Rocha Teixeira e Talita Alves da Cruz.

ideia era seguir investigando os órgãos repressivos, agora, em comparação com a ditadura argentina. No entanto, em um evento ocorrido em Buenos Aires em outubro de 2008, assisti a uma conferência de Ricard Vinyes, e decidi que queria trabalhar com as chamadas “políticas de memória”. Creio ter sido esse momento de redefinição de meus interesses de pesquisa, pois através dessa temática conseguiria estabelecer as “pontes” que almejava entre aquele presente de reivindicações de políticas públicas para o passado, e as especificidades da ditadura brasileira e de sua transição política. A tese, que seria um estudo comparativo da estrutura repressiva em nível estatal na Argentina e o Brasil, tornou-se um estudo comparativo das políticas de memória para os desaparecidos em ambos os países. A partir dessa “virada”, também foi possível que trabalhasse por quase três anos como historiadora (consultora técnica) junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ali, vivenciei, na prática, os meandros da elaboração de políticas de memória, na conjuntura de implementação e de trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Posteriormente, segui pesquisando a temática da ditadura civil-militar brasileira, mas com outros enfoques. Pesquisei a Comissão Nacional da Verdade, a fim de pensar as funções públicas dos profissionais de história, bem como a circulação da história no espaço público; analisei o relatório Brasil: Nunca Mais em sua conjuntura de publicação, demonstrando sua importância na construção de uma memória sobre a ditadura ainda nos anos 1980; investiguei os usos do passado da ditadura nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, observando as instrumentações daquele passado recente nas proposições elaboradas pelos constituintes e também nas sugestões encaminhadas pela população ao Congresso Nacional. Finalizando esse projeto no final de 2022, partirei para um novo campo de análise, ainda trabalhando com a ditadura, mas explorando certos esquecimentos ou silenciamentos oriundos da participação das elites econômicas no processo de memorialização e monumentalização ditatorial. Porém, creio que meus interesses sobre esses temas extrapolam os objetos de pesquisa. Por exemplo, não sou uma pesquisadora sobre o patrimônio, mas oriento trabalhos que dialogam com esses

estudos, e integro, junto com colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Estadual de Campinas, um projeto chamado Patrimônios Incômodos, em que temos procurado catalogar as intervenções realizadas em monumentos que remetem a passados sensíveis. Portanto, os trabalhos de pesquisa coletivos, as intervenções de história pública que desenvolvemos no âmbito do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa), o qual integro, e as atividades de orientação, são momentos em que posso aprender e me apropriar de temas referentes ao patrimônio. A própria ideia de patrimônio pode remeter aos usos do passado, às diversas temporalidades que atravessam nosso presente e a elaboração de políticas públicas para sua gestão.

Espacialidades: Em 2020, o assassinato de George Floyd desencadeou uma série de protestos e manifestações de alcance global. Um movimento de remoção e de derrubada de estátuas foi presenciado em todos os continentes. Em sua grande maioria representações de um passado colonial, tais estátuas foram amplamente questionadas por trazerem consigo a marca de um passado nefasto. Racismo, exploração, genocídios, escravidão: elementos de uma memória traumática partilhada por milhões de seres humanos. Relembramos esses acontecimentos recentes para perguntá-la de que forma as disputas de memória, como essas que pautaram os episódios envolvendo as estátuas, mobilizam os usos do passado, legitimando e/ou deslegitimando a conservação de patrimônios?

Caroline: Primeiramente, creio que seja importante ressaltarmos que as chamadas “batalhas” ou “lutas” por memória são “conflitos” irresolutos. Trata-se de “disputas” de poder no espaço público, evidenciando a relação intrínseca entre memória e poder. Portanto, creio que seria ingenuidade nossa esperar por uma “boa memória” ou uma “memória apaziguada” em relação a passados sensíveis, que seguem sendo mobilizados ou para o enfrentamento ao esquecimento e ao silenciamento, ou para perpetuar aspectos discriminatórios de nossas sociedades. Da mesma forma, acredito que não tenhamos apenas um movimento de

instrumentalização desse passado de caráter progressista e outra de viés conservador. Há inúmeras “zonas cinzentas”, vinculadas com a legitimidade e o capital político dos sujeitos que reivindicam essa memória no espaço público, como bem chamou a atenção Ludmila Catela.

Depois, creio que apresentar apenas as soluções derrubar/manter é restringir a possibilidade de intervenções possíveis em relação a esses patrimônios no espaço público. Muitas pessoas chamaram a atenção para as possibilidades de resignificação, explorando contribuições artísticas, estéticas e políticas que estimulam a reflexão, transformando essas intervenções em processos pedagógicos.

Outras pessoas sugeriram levar as estátuas para museus. Evidentemente, para historiadores, museólogos, essa “solução” pode ser um acinte por considerar um museu como um “depósito de peças incômodas”, mas essas manifestações nos evidenciam as compreensões que não-especialistas têm sobre esses espaços, e nos ajudam a pensar melhor certas estratégias de atuação.

No debate público sobre a derrubada das estátuas, muitas manifestações foram feitas a partir de sentidos comuns. Por exemplo, ao retirar uma homenagem do espaço público, não se apaga o passado. O passado não pode ser apagado, os acontecimentos aos quais os monumentos remetem permanecerão existindo em outros suportes.

Não é um debate simples. Há quem defenda que esses monumentos devem permanecer no espaço público não porque legitimam certas homenagens, mas para recordarmos que, em certa época, homenageamos torturadores, genocidas etc.

Aí, partimos para outro argumento levantado nesses debates: o anacronismo. Não deveríamos interpretar a ação dessas pessoas no passado com valores éticos e morais que pautam a sociedade no presente. Porém, há colegas que demonstram que essa argumentação contribui para a normalização e a perpetuação de discriminações.

Espacialidades: Ao falarmos da memória e dos usos do passado, a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) é um dos temas proeminentes. Visto que a

historiografia constantemente passa por mudanças, abrindo-se a novas discussões, quais, em sua concepção, são os desafios contemporâneos para a escrita da História da Ditadura Civil-Militar? E quais são as lacunas historiográficas remanescentes no âmbito dessa temática de pesquisa?

Caroline: Durante pelo menos duas gerações, pesquisadores da ditadura tiveram a oportunidade de contar com os testemunhos de pessoas que viveram o período. Com o distanciamento cronológico dos episódios, esses testemunhos em primeira pessoa tornam-se mais raros, e temos acesso a eles somente através de gravações em áudio e/ou vídeo. Paralelamente aos efeitos inexoráveis da passagem do tempo, temos cada vez mais à disposição fundos documentais provenientes dos diferentes órgãos que compuseram a estrutura estatal da ditadura; documentos provenientes do trabalho das diversas comissões da verdade criadas a partir de 2012; fundos de associações, grupos e organizações da sociedade civil; etc. Ainda, os pesquisadores mais jovens têm acesso a uma enorme quantidade de documentos digitalizados, o que era impensável na década de 1990 e no início dos anos 2000. Porém, ainda assim é um desafio saber onde se encontram determinadas informações e como acessá-las.

Nós temos muito o que estudar sobre a ditadura civil-militar brasileira, e sempre teremos trabalho nesse campo, já que os questionamentos que elaboramos sobre o passado são feitos a partir de nosso presente, e esse presente se modifica constantemente, produzindo novas problematizações. Nesse sentido, creio que temos observado grandes contribuições em trabalhos que tem evidenciado as diferenças no *modus operandi* da ditadura em relação a recortes de classe, etnia, gênero e raça; nos estudos sobre as políticas públicas desenvolvidas pela ditadura para os diferentes setores; a dimensão civil do regime, os empresários e sua relação com a ditadura; a problematização de certos maniqueísmos, como as dicotomias militares vs. guerrilheiros, duros vs. moderados, repressão vs. resistência, e a compreensão da ditadura como um fenômeno muito mais amplo; para além dos estudos sobre a memória e o esquecimento, e os usos e abusos do passado.

Espacialidades: Atualmente, percebemos um processo complexo de pesquisa, análise e disputas sobre a ditadura brasileira (1964-1985), que tem tornado esse campo cada vez mais sensível e emblemático. Ressaltamos também uma profunda manipulação da memória sobre o período da ditadura, sobretudo na vigência do governo Bolsonaro, que tem promovido uma série de discursos alusivos e apologéticos ao regime de exceção no Brasil. Em sua opinião, como essa memória e os usos desse passado se inserem na agenda política atual? E qual o papel social dos historiadores frente ao "fantasma" da ditadura que ronda o Brasil atual?

Caroline: Um primeiro marco que evidencia uma mudança nos usos políticos da ditadura civil-militar brasileira na contemporaneidade é o processo eleitoral presidencial de 2010. Nele, a candidata Dilma Rousseff foi associada negativamente ao passado ditatorial, alcunhada de “guerrilheira” e “terrorista”, enquanto seu adversário era apresentado como “resistente”, tendo se exilado logo após o golpe de 1964. Para setores das Forças Armadas e da sociedade, a eleição de Dilma representou uma afronta, em função de sua atuação política durante os anos 1960 e 1970. Durante seu governo, pode-se identificar um conjunto de fatores que representam um segundo marco: a criação da Comissão Nacional da Verdade e o desenvolvimento de seus trabalhos, a rememoração dos 50 anos do golpe de 1964 em 2014 e a campanha eleitoral do mesmo ano. A entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, já denunciava a crise política que a presidenta enfrentaria nos próximos meses: fora uma cerimônia tímida perto da importância do trabalho da Comissão.

O processo de impeachment foi um terceiro marco nos usos do passado da ditadura: diversos parlamentares referiam-se a 1964, seja para enaltecer a deposição da presidente, seja para denunciar o golpe em curso.

Foi preciso elaborar essa brevíssima reconstituição histórica de alguns marcos políticos dos usos do passado ditatorial para ressaltar que as mobilizações dessa passado durante e após as eleições presidenciais de 2018 não são inéditos. O que

muda a partir dessa data é a legitimidade que o discurso apologético e nostálgico da ditadura assume no espaço público devido as manifestações verbais de autoridades políticas. Incentivado por essa postura irresponsável, também há um aumento da circulação do negacionismo. Importante destacar que esse também não é um processo que se restringe ao Brasil, mas ocorre em diversos outros países, o que demonstra a importância de compreender os usos do passado, incluindo suas manifestações negacionistas, como um fenômeno transnacional, associado ao fortalecimento de direitas e ideologias neofascistas.

Acredito que os historiadores desempenham importantes papéis sociais, independentemente das conjunturas políticas, mais com ainda mais importância ou veemência em situações de crise, em que as soluções autoritárias, rápidas e simplistas parecem adquirir o status de necessidade. Não gosto da expressão “fantasma da ditadura”. Embora seja uma metáfora corriqueira, e compreensível para se fazer referência a um passado que está presente, creio que tenhamos que ser mais específicos quando nos referimos a esse passado: a ditadura tem um legado de impunidade, histórico, que se atualizou nos anos 1960, 1970 e 1980, e que reproduz uma cultura antidemocrática e de desconfiança perante as instituições e a política. Enfrentar essa impunidade seria uma primeira medida para que o passado passasse. Depois, embora pareça uma atitude sem efetividade nesse presente, é fundamental que sigamos enfrentando o negacionista, denunciando os interesses desses discursos ideológicos e propagandísticos, e elaborando narrativas históricas que desfazem sua argumentação. Trata-se de um enfrentamento não somente como profissional da história, mas também como cidadão, porque não é apenas pela via da intelectualidade que se combate as narrativas negacionistas, e sim através da ação política.

Espacialidades: No Dossiê relativo a esta entrevista, estamos refletindo sobre temas que envolvem uma série de questões que exigem cuidados específicos em sala de aula, como as disputas de memórias, a representatividade de apenas alguns grupos sociais nos patrimônios

consagrados e Usos do Passado que ressignificam as explicações produzidas pelo meio acadêmico. Como formadora de docentes, que cuidados e ênfases você considera importantes quando discutimos na sala de aula da Educação Básica temáticas como estas?

Caroline: Em primeiro lugar, creio que seja importante reconhecermos e assumirmos que se trata de uma temática de difícil abordagem e ensinamento nas salas de aula da Educação Básica, ou seja, que não se torna mais fácil ou simples do que tratá-la no espaço público ou no âmbito da elaboração de uma política de memória. O reconhecimento da dificuldade serve como um estímulo para seguirmos refletindo sobre nossa atuação profissional e nossas práticas, bem como sobre a realidade do ensino no Brasil. E, sem dúvida, para que não deixemos de buscar melhores estratégias para trabalhar com os passados sensíveis, principalmente nos casos da história dos africanos, afro-brasileiros e indígenas, e as experiências do autoritarismo do século XX, notadamente a ditadura do Estado Novo e a ditadura pós-1964.

Do ponto de vista das ameaças feitas aos docentes no exercício de suas profissões, por pessoas que acreditam que esses profissionais estão “doutrinando” seus filhos em sala de aula, minha sugestão é para que conheçam seus direitos e se apropriem das diretrizes, leis e normativas que lhes asseguram o direito dos estudantes em aprender determinados conteúdos, e sua obrigação enquanto docente de ministrá-lo. Do estabelecido no texto da Constituição de 1988 até o normatizado pela Base Nacional Comum Curricular: o conhecimento da matéria jurídica é um resguardo fundamental para todos os docentes.

Depois, acredito que seja fundamental habilitar os discentes a diferenciar discursos científicos (como o biológico, o físico e o histórico) de crenças religiosas, de memórias e de opiniões. Não se trata necessariamente de uma hierarquização, nem uma equiparação, mas do reconhecimento de certos espaços de circulação dessas visões de mundo. Em um espaço religioso, durante uma celebração, não se espera o uso do discurso científico. Da mesma forma, as memórias individuais e

familiares não possuem por si só uma dimensão da explicação da realidade, e, por isso, não deveriam ser universalizadas como experiências de todos os sujeitos em uma determinada época. A mesma coisa em relação a opiniões, que não possuem o mesmo conteúdo explicativo que análises cientificamente orientadas.

A partir desse aprendizado, chega-se em outro ponto, igualmente importante: o aprendizado ético e moral de responsabilização por sua visão de mundo e suas opiniões. Certas ideologias são extremamente nefastas para a democracia, pois trazem consigo discriminações, preconceitos e violações de direitos humanos. Existem medidas legais que coíbem atos e falas de calúnia, difamação, discriminação, homofobia, injúria, intolerância religiosa, racismo etc., e, portanto, é importante conhecer e reconhecer os limites da liberdade de expressão e opinião. Essa sugestão aproxima-se da ideia de sensibilização dos alunos. Não uma sensibilização gratuita, mas que estimule uma formação ética, moral e política dos mesmos, promovendo a chamada educação em direitos humanos.

Como as redes sociais virtuais são um meio privilegiado para a circulação da desinformação e do negacionismo, docentes devem assumir um compromisso pela promoção da alfabetização ou do letramento digital. É muito importante saber como as redes funcionam, quais os objetivos da chamada “economia da atenção” das redes sociais virtuais, por que a disseminação da (des)informação é tão rápida por essas plataformas, que dados são produzidos e o que é feito com eles, de que forma o uso dessas redes estimulam certos comportamentos e sentimentos nas pessoas etc.

Recomendo a todas e todos que não tentem dar conta dessas dificuldades e desses desafios sozinhos. Organizem redes com colegas, debatam coletivamente sobre os problemas, embasem as decisões de forma horizontal e democrática. A coletividade, o fortalecimento por não se sentir só, é fundamental para o enfrentamento da realidade.

Espacialidades: Para encerrar, focando nos leitores da Revista Espacialidades que estão contemplando possíveis temáticas de pesquisa em

relação à Memória, ao Patrimônio e aos Usos do Passado, você poderia destacar alguns debates que têm se mostrado promissores, mas que ainda carecem de maiores estudos?

Caroline: De maneira geral, os estudos sobre memória, patrimônio e usos do passado no Brasil valem-se de conceitos e teorias formulados a partir da experiência europeia ou estadunidense. Isso, em princípio, não é um problema: nós temos excelentes teóricos provenientes do norte global. Contudo, parecem intimidar a elaboração de novas abordagens e interpretações a partir de processos particulares e especificidades da cultura histórica e política regionais. Cito um exemplo: François Hartog, em sua obra “Regimes de Historicidade”, propõe uma ferramenta heurística – a categoria de “regimes de historicidade” – para pensarmos a forma como passado, presente e futuro se relacionam nas sociedades. Para a cultura europeia, identifica uma experiência temporal, que denomina presentista, que vai sendo forjada a partir dos anos 1970, e que se torna dominante após a queda do Muro de Berlim. Em princípio, como ferramenta heurística, poderíamos aproveitar essa reflexão para identificarmos e analisarmos a experiência temporal no Brasil. Mas parece ser um “dado” que vivamos em um presentismo, por mera transposição teórica irrefletida. Pensando em uma das minhas últimas pesquisas, sobre as sugestões encaminhadas pela população à Assembleia Nacional Constituinte no âmbito do projeto “Diga Gente”, o futuro estava aberto e em disputa, as pessoas esperançosas com a possibilidade de construir a democracia e vivenciá-la como algo novo, e superar alguns problemas que identificavam como legados da ordem ditatorial. Essa não me parece ser uma experiência de tempo presentista, ainda que existam inúmeras referências de que estariam vivendo em um “momento histórico”.

Portanto, meu estímulo é pela superação da timidez na reflexão conceitual e teórica, e a exploração de referenciais a partir das realidades nacionais e regionais particulares que nos atravessam como um país localizado na periferia do capitalismo

– ainda que com muitos poderes regionais, inegavelmente marcado pela experiência colonial e escravista, desigual, plural etc.